

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**

ACNO 11 (103 Norte) - Rua NO 11 COM AV. NS 01 - Bairro CENTRO - CEP 77001-036 - Palmas - TO - <http://www.tjto.jus.br>
CONJ 03 LOTE 2

Edital Nº 43 / 2021 - ESMAT/DGESMAT/DEESMAT

EDITAL nº 007 de 2021 – SEI Nº 20.0.000026573-0

O diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), no uso de suas atribuições, dispõe sobre as normas gerais para ingresso e participação no curso **SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS: UM OLHAR RESTAURATIVO**, a se realizar em oito encontros nas seguintes datas: **Painel I – Dia 16 de março de 2021; Painel II – Dia 23 de março de 2021; Painel III – Dia 6 de abril de 2021; Painel IV – Dia 13 de abril de 2021; Painel V – Dia 20 de abril de 2021; Painel VI – Dia 29 de abril de 2021; Painel VII – Dia 4 de maio de 2021; Painel VIII – Dia 11 de maio de 2021**, mediante as condições determinadas neste Edital e nos demais dispositivos legais aplicados à espécie, conforme segue:

1. DADOS GERAIS

Nome: Segurança Pública e Direitos Humanos: Um Olhar Restaurativo

Objetivo: Compreender a Justiça Restaurativa, seus princípios e valores e as diversas possibilidades de aplicação e desenvolvimento.

Período de Inscrições: As inscrições ocorrerão no período de 9 a 16 de março de 2021.

Inscrições: As inscrições serão realizadas, via *web*, no endereço eletrônico <http://esmat.tjto.jus.br/portal/>. Após o período de inscrição, a Secretaria Acadêmica enviará e-mail com a confirmação de matrícula.

Público-Alvo:

- 1 Magistrados e servidores do Poder Judiciário Tocantinense;
- 2 Membros do Comitê Gestor de JR do TJTO;
- 3 Membros e servidores do Ministério Público;
- 4 Membros e servidores da Defensoria Pública;
- 5 Delegados, escrivães e investigadores da Polícia Civil;
- 6 Oficiais e praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros;
- 7 Assistentes Militares do TJTO;
- 8 Representantes dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública das Cidades de Palmas/TO, Araguaína/TO e Gurupi/TO;
- 9 Ordens dos Advogados do Brasil (OAB);

- 10 Agentes de Execução Penal e Agentes de Segurança Socioeducativos;
- 11 Servidores da Secretaria de Segurança Pública;
- 12 Servidores da Secretaria de Cidadania e Justiça;
- 13 Servidores de Escolas de Formação de Militares dos municípios de Araguaína, Gurupi e Palmas;
- 14 Estudantes;
- 15 Público em geral.

Carga Horária: 25 horas

Modalidade: EaD

Local: Plataforma Virtual da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT).

Valor do curso, custeado pela Esmat, por aluno: O valor da atividade será calculado após a conclusão das atividades, considerando-se os critérios de horas-aula, passagens, hospedagem e alimentação dos instrutores.

2. VAGAS

1.000 Vagas

3. PRÉ-REQUISITOS

- 3.1 Ser magistrado e servidor do Poder Judiciário Tocantinense
- 3.2 Ser membro do Comitê Gestor de JR do TJTO;
- 3.3 Ser promotor de justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins;
- 3.4 Ser defensor público da Defensoria Pública do Estado do Tocantins;
- 3.5 Ser delegado, escrivão e/ou investigador da Polícia Civil do Estado do Tocantins;
- 3.6 Ser oficial e/ou praça da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Tocantins;
- 3.7 Ser assistente militar do TJTO;
- 3.8 Ser representante de Conselhos Comunitários de Segurança Pública das Cidades de Palmas/TO, Araguaína/TO e Gurupi/TO;
- 3.9 Ser advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);
- 3.10 Ser agente de Execução Penal e/ou agente de Segurança Socioeducativo;
- 3.11 Ser servidor da Secretaria de Segurança Pública;
- 3.12 Ser servidor da Secretaria de Cidadania e Justiça;

3.13 Ser servidor de Escolas de Formação de Militares dos municípios de Araguaína, Gurupi e Palmas;

3.14 Ser estudante;

3.15 Ter interesse pela temática.

4 FREQUÊNCIA E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

4.1 Os inscritos deverão participar das atividades programadas, conforme descrição no item 5 deste Edital;

4.2 A frequência será computada no momento em que o participante efetuar o seu *login* de acesso no Sistema Acadêmico Virtual (SAV), para assistir à transmissão dos Paineis no canal do *You Tube*, *link* este que será disponibilizado no Portal Esmat para acesso durante o Evento;

4.3 Não haverá aferição de nota aos alunos;

4.4 Se houver alteração no cronograma de desenvolvimento, ou no período de realização dos Paineis, esta será comunicada por e-mail. Para tanto, os inscritos deverão atualizar seus e-mails e telefones de contato em seus perfis na Secretaria Acadêmica Virtual (SAV) e no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

5. CRONOGRAMA E CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS: UM OLHAR RESTAURATIVO		
Dia 16 de março de 2021	13h30 horas	Credenciamento
	14h	Abertura
	PAINEL I	
	Das 14h30 às 15h40	Tema 1 – Justiça Restaurativa: origem, princípios, valores e suas metodologias Antônio Dantas de Oliveira Júnior
	Das 15h40 às 16h50	Tema 2 – Círculos de Construção de Paz

		Rafela Duso
	Das 16h50 às 18h	Tema 3 – A utilização e a prática da comunicação não violenta na perspectiva da atuação policial Marcelo Pelizzoli
Carga Horária		4 horas-aula
PAINEL II		
Dia 23 de março de 2021.	Das 14h30 às 15h40	Tema 1 – A Constituição Federal, de 1988: a adequação do tratamento de conflitos igualitários às minorias Julianne Freire Marques
	Das 15h40 às 16h50	Tema 2 – Teoria do Conflito Mediação, Transação Penal e Conciliação Roberto Bacellar
	Das 16h50 às 18h	Tema 3 – Policiamento comunitário e abordagem restaurativa Umbelina Lopes Pereira
Carga Horária		3 horas-aula
PAINEL III		
Dia 6 de abril de 2021.	Das 14h30 às 15h40	Tema 1 – A Justiça Restaurativa como nova política pública Lucas Pinto Carapiá Rios
	Das 15h40 às 16h50	Tema 2 – Qualidade no atendimento policial restaurativo – exemplos positivos Joanice Maria Guimarães de Jesus
	Das 16h50 às	Tema 3 – Racionalidade Penal Moderna – Polícia e JR

	18h	Afonso Armando Konzen
Carga Horária 3 horas-aula		
PAINEL IV		
Dia 13 de abril de 2021	Das 14h30 às 15h40	Tema 1 – A eficiência da integração policial como ideal comum. O uso progressivo e diferenciado da força Milena Santana de Araujo Lima
	Das 15h40 às 16h50	Tema 2 – Os avanços da resposta ao delito da vingança Antônio Dantas de Oliveira Júnior
	Das 16h50 às 18h	Tema 3 – Justiça Restaurativa nas Audiências de Custódia Laryssa Copack Muniz
Carga Horária 3 horas-aula		
PAINEL V		
Dia 20 de abril de 2021	Das 14h30 às 15h40	Tema 1 – A Compreensão do sujeito, segundo a psicologia Daniela Paula Alencar
	Das 15h40 às 16h50	Tema 2 – A psicanálise e a escuta compassiva Sandra Luzia Brito Santos
	Das 16h50 às 18h	Tema 3 – O enfrentamento do racismo – A atuação da sociedade civil e do Poder Público Patrícia Medina
Carga Horária 3 horas-aula		

PAINEL VI

Dia 29 de abril de 2021	Das 14h30 às 15h40	Tema 1 – Direitos Humanos e Segurança Pública Antonio Henrique Graciano Suxberger
	Das 15h40 às 16h50	Tema 2 – Justiça Restaurativa dialoga com a Segurança Pública? Maicon Rodrigo Tauchert
	Das 16h50 às 18h	Tema 3 – A Justiça Restaurativa na comunidade como forma de auxiliar a Segurança Pública Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima
Carga Horária		3 horas-aula

PAINEL VII

Dia 4 de maio de 2021.	Das 14h30 às 15h40	Tema 1 – A Justiça Restaurativa e sua Aplicabilidade no Sistema Socioeducativo Sidney Fiori Júnior
	Das 15h40 às 16h50	Tema 2 – Justiça Restaurativa e o Sistema Carcerário Tarsis Barreto
	Das 16h50 às 18h	Tema 3 – Planejamento de rotinas para atendimento com qualidade restaurativa. Lucas Pinto Carapiá Rios
Carga Horária		3 horas-aula

PAINEL VIII

Dia 11 de maio	Das 14h30 às 15h40	Tema 1 – Órgão Central de Macrogestão de JR no Poder Judiciário Tocantinense: perspectivas a partir da implantação
----------------------	--------------------------	---

de 2020.		Taynã Nunes Quixabeira
	Das 15h40 às 16h50	Tema 2 – Justiça Restaurativa – A experiência com os Círculos de Construção de Paz no Cejusc de Araguaína Eliene Diniz da Silva
	Das 16h50 às 18h	Encerramento

Carga Horária 3 horas-aula

Carga Horária Total 25 horas-aula

5.1 PROFESSORES

5.1.1

Nome	Antônio Dantas de Oliveira Júnior	
Síntese do Currículo	Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de 3ª Entrância de Araguaína/TO. Especialista na área de Direito Processual Civil e na de Direito Tributário. Mestre em Direito Constitucional, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Professor da Escola Superior de Magistratura do Tocantinense (ESMAT). Coordenador do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF), Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, entre os anos de 2016 e 2019. Autor e Gestor do Projeto de Aplicação de Círculos Restaurativos nas Ações Penais e Execuções Penais no Âmbito do Judiciário Tocantinense, sendo este aprovado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins para compor o portfólio de projetos do Planejamento Estratégico 2015-2020. Autor do “Selo de Agradecimento”, instituído e regulamentado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por meio da Portaria nº 3.682, de 2017. Autor de 15 projetos na Unidade de Tratamento Penal Barra da Grota (UTPBG) e na Casa de Prisão Provisória de Araguaína/TO. Finalista do Prêmio Inovare nos anos 2010/2016/2017.	

5.1.2

Nome	Rafaela Duso	
Síntese do Currículo	Psicóloga. Especialista em Psicoterapia Familiar e de Casal, Facilitadora de Círculos de Construção de Paz, desde 2012. Formada como facilitadora e duas vezes como Instrutora de cursos pela Kay Pranis. Membro do Corpo Docente da Escola da Associação dos Juizes (AJURIS), do Rio Grande do Sul e do Programa Justiça para o Século 21, do Tribunal de Justiça do	

	Rio Grande do Sul, desde 2014. Coordenadora Executiva dos cursos de Justiça Restaurativa oferecidos pela Ajuris. Instrutora responsável pela formação de 59 turmas de facilitadores não conflitivos e de mais de 30 turmas de facilitadores de situações conflitivas em Tribunais de Justiça, Ministérios Públicos, Justiça Federal, Prefeituras nos estados do RS, MG, SE, RN, PR, GO, TO, PB, MT, SC. Ministrou 3 turmas de Instrutores de Círculos de Construção de Paz Não Conflitivos e 1 turma de Instrutores de Círculos de Construção de Paz Conflitivos. Atua como professora e tutora de cursos em EaD oferecidos pela Escola do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, desde 2015. Membro da equipe técnica da Escola da Ajuris, responsável pelas formações ofertadas pelo Programa Escola + Paz que ocorreram nos territórios de abrangência do Programa de Oportunidade e Direitos (POD), de Porto Alegre. Atuou como facilitadora e instrutora de cursos na Socieducção (FASE/RS). Trabalhou no Centro de Promoção da Criança e do Adolescente onde coordenou o Projeto de Justiça Comunitária e as Centrais de Práticas Restaurativas Comunitárias de Porto Alegre.	
5.1.3		
Nome	Marcelo Luiz Pelizzoli	
Síntese do Currículo	Graduado em Filosofia, 1990. Especialista em Ciência Política. Mestre em Antropologia Filosófica PUCRS, 1993. Doutor em Filosofia, 2000. Pós-Doutor em Bioética. Atualmente é professor titular da Universidade Federal de Pernambuco, áreas de Ética Prática, Direitos Humanos (Conflitos, Justiça Restaurativa...). Ênfase de estudos em Sujeito, Saúde mente-corpo, Cultura de Paz, Hermenêutica, Alteridade – Resolução de Conflitos, epistemologia da saúde e ambiental. Membro do Grupo de Ciência e Cultura de Paz, da Comissão de Direitos Humanos Dom Helder Câmara. Formação internacional em Terapia Sistêmica Familiar, em Orgonomia (Reich), em CNV com M. Rosenberg, e em Círculos de Diálogo com Kay Pranis. Formação em Internal Family Systems Therapy. Coordenador do Espaço de Diálogo e Reparação da UFPE. Rede de Justiça Restaurativa de Pernambuco. Fonte: Lattes: 8289371491303781	
5.1.4		
Nome	Lucas Pinto Carapiá Rios	
Síntese do Currículo	Mestre em Direito Penal, pela Universidade Federal da Bahia. Pós Graduado em Ciências Criminais e em Direito do Estado. Pós-Graduando em "Compliance" e Integridade Corporativa, pela PUC-Minas. Graduado em Direito, pelo Centro Universitário Jorge Amado. Advogado Criminalista. Professor de Direito Processual Penal da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE). Professor convidado de cursos de Pós-Graduação em Ciências Criminais. Diretor-Secretário do Departamento de Publicações do Instituto Baiano de Direito Processual Penal (IBADPP). Defensor em Comissão Disciplinar do Tribunal de Justiça Desportiva da Bahia (TJD-BA). Sua pauta prioritária é atuar de maneira séria e comprometida, buscando satisfazer pretensões, proteger direitos e difundir o conhecimento jurídico, especialmente no campo das ciências criminais, sempre em consonância com as garantias ressaltadas pela Constituição Federal. Fonte: Lattes: 4993285049285420	
5.1.5		
Nome	Joanice Maria Guimarães de Jesus	

Síntese do Currículo	Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Presidente do Comitê Gestor do Núcleo de Justiça Restaurativa de 2º Grau TJBA. Especialista em Ciências Criminais, em nível de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> , pela Universidade da Amazônia (UNAMA). Especialista em Direito do Estado, em nível de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> , pela Faculdade Baiana de Direito. Mestre em Segurança Pública, Justiça e Cidadania, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia.	
5.1.6		
Nome	Afonso Armando Konzen	
Síntese do Currículo	Professor da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Coordenador do curso de Pós-Graduação em Direito da Criança e do Adolescente da mesma Faculdade. Advogado associado à KONZEN Advogados e Consultores Associados. Palestrante e consultor independente. Membro aposentado do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Graduado em Direito, pela PUC-RS, 1979. Pós-Graduado em Direito da Criança e do Adolescente, pela Escola do Ministério Público do Rio Grande do Sul, 2002. Mestre em Ciências Criminais, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006. Membro do Núcleo de Estudos em Justiça Restaurativa da Escola Superior da Magistratura do Estado do Rio Grande do Sul. Membro da Comissão Especial de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da OAB/RS. Atua nos seguintes temas: Direitos Humanos, Direito da Criança e do Adolescente, Direito à Educação, Direito de Família, Socioeducação e Justiça Restaurativa. Fonte: Lattes: 2116290577030379	
5.1.7		
Nome	Milena Santana de Araujo Lima	
Síntese do Currículo	Delegada de Polícia, atualmente à disposição do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, com atuação especializada na atividade de inteligência, fontes abertas, combate aos crimes cibernéticos e violência doméstica, tendo atuado como professora da matéria Crimes Cibernéticos, na Escola da Magistratura Tocantinense, Academia de Polícia Civil do Tocantins e Escola Superior da Polícia Civil do Tocantins. Atuação profissional anterior na Diretoria de Inteligência da Senasp-MJ (servidora mobilizada), Polícia Civil de Sergipe (servidora efetiva) e Procuradoria Geral do Estado de Sergipe (cargo comissionado). Graduada em Direito, pela Universidade Tiradentes. Pós-Graduada, pela Universidade do Sul de Santa Catarina em Direito Processual. Especialista em Cybercrime e Cybersecurity: Prevenção e Investigação de Crimes Digitais, pela Unyleya. Curso de Política, Planejamento e Gestão Estratégica em Segurança Pública, pela Escola Superior de Guerra. Curso de Formação de Formadores, pela Escola da Magistratura Tocantinense. Fonte: Lattes: 0015843539718204	
5.1.8		
Nome	Julianne Freire Marques	

Síntese do Currículo	Mestra em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, pela Universidade Federal do Tocantins e Escola Superior da Magistratura Tocantinense, 2015. Graduada em Direito, pela Universidade do Tocantins, 1998. Magistrada no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, titular do Juizado Especial da Infância e Juventude da Comarca de Araguaína/TO. Facilitadora de círculos restaurativos. Ex-Presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Tocantins, 2016-2020. Ex-Vice-Presidente de Direitos Humanos da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), gestão 2017-2019. Secretária Geral da AMB (2020/2022). Fonte: Lattes: 9451078480163679
5.1.9	
Nome	Roberto Bacellar
Síntese do Currículo	Graduado em Direito, pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 1988. Mestre em Direito Econômico Social, pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2001. Especialista em Direito Civil e Processual Civil, pela Universidade Paranaense (UNIPAR), 1997. Especialista em MBA em Gestão Empresarial, pela Universidade Federal do Paraná, 2004. Ingressou na carreira de juiz de direito, em 1989. Atualmente é desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Membro do Conselho Gestor de Mediação do Conselho Nacional de Justiça. Professor do Corpo permanente de professores do Mestrado da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM). Fonte: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4737747J7
5.1.10	
Nome	Umbelina Lopes Pereira Rodrigues
Síntese do Currículo	Graduada em Direito, pela Faculdade de Direito de Anápolis, 1996. Pós-Graduada em Direito Público: Constitucional e Administrativo, pela Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce, Governador Valadares. Mestranda da VII Turma em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, realizado pela Universidade Federal do Tocantins em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense. Exerce o cargo de juíza de direito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, desde 11.4.2002, sendo titular da Vara de Recuperação Judicial de Empresas, Falências, Precatórias e Juizado da Fazenda Pública. Coordenadora do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), da Comarca de Araguaína. Juíza Coordenadora do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC), do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, de 2015 a 2019. Formadora de formadores, com enfoque em mediação e métodos ativos de aprendizagem, pela Escola Nacional de Magistrados (ENFAM). Palestrante, conferencista e painelistas sobre temas relacionados aos direitos humanos, acesso à justiça, efetividade da justiça e mecanismos alternativos de solução de conflitos, especialmente mediação e conciliação. Participa organizando eventos, como congressos, seminários, <i>workshop</i> e cursos na área da conciliação, mediação, justiça restaurativa, direito sistêmico (constelação familiar), engrama. Tem experiência

	como docente em Magistério Superior. Participou de projeto de extensão com o tema: Conciliação e o Centro de Solução de Conflitos e Cidadania, na Faculdade Católica Dom Orione de Araguaína. Fonte: Lattes: 0993499026592605	
5.1.11		
Nome	Sandra Luzia Brito Santos	
Síntese do Currículo	Geógrafa. Especialista em Psicopedagogia com extensão Clínica. Facilitadora de Constelação Familiar. Facilitadora de Justiça Restaurativa. Experiência Nacional e Internacional em terapias holísticas.	
5.1.12		
Nome	Daniela Paula Alencar	
Síntese do Currículo	Graduada (Bacharel) em Psicologia, pela Faculdade Integrada de Ensino Superior de Colinas (FIESC/UNIESP), 2015. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicopatologia Clínica, pela faculdade Unida de Campinas (FacUNICAMPS), e no trabalho com Crianças e Adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social; Família Acolhedora; como Facilitadora da Justiça Restaurativa, participando de círculos restaurativos. É credenciada do GGEM, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, em Araguaína, realizando e participando de ciclos restaurativos, realizando atendimentos e acompanhamentos de casos. Atua como psicóloga clínica na Day Clynica e em projetos sociais. Fonte: Lattes: 5021776376442864	
5.1.13		
Nome	Patrícia Medina	
Síntese do Currículo	Graduada em Pedagogia, pela Faculdade Porto Alegre de Educação Ciências Humanas e Letras, 1986. Graduada em Direito, pela Fundação Universidade Federal do Tocantins, 2006. Mestra em Educação, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1992. Doutora em Educação, pela Universidade Federal de Goiás, 2011. Docente-Pesquisadora do Mestrado em Prestação Jurisdicional em Direitos Humanos da Escola Superior da Magistratura Tocantinense em cooperação com a Universidade Federal do Tocantins (UFT). Professora Associada da Fundação Universidade Federal do Tocantins. Coordenadora de curso de Pedagogia do campus Palmas. Bolsista – Fapto da Fundação Universidade Federal do Tocantins. Editora Científica da Revista Adsumus da Defensoria Pública do Estado do Tocantins. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Formação de Professores para o Ensino Superior e Educação em Direitos Humanos. Fonte: Lattes: 2860664409387797	
5.1.14		
Nome	Maicon Rodrigo Tauchert	

Síntese do Currículo	Graduado em Direito, pela Universidade de Cruz Alta-RS. Especialista em Direito Eletrônico e Tecnologia de Informação, pelo Centro Universitário da Grande Dourados-MS. Especialista em Metodologia da Pesquisa e do Ensino Superior, pela Faplan/Anhaguera, Passo Fundo-RS. Especialista em Docência do Ensino Superior, pela FacPortal de Passo Fundo-RS. Mestra em Direito, pela Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões de Santo Ângelo-RS. Doutorando em Desenvolvimento Regional, pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Professor Pesquisador de Graduação e Pós-Graduação. Professor Pesquisador Coordenador do Curso de Direito da FACIT em Araguaína/TO. Professor Colaborador da Faculdade Nobre, Feira de Santana/BA. Professor Visitante da Universidade Autônoma de Santo Domingo (UASD). Professor Pesquisador das Pós-Graduações em Direito do ITOP em Palmas/TO e da Pós-Graduação em Mediação, Conciliação e Arbitragem das Faculdades João Paulo II em Passo Fundo/RS. Professor Pesquisador da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT). Professor Colaborador da UFT/Palmas, IFTO/Palmas e ACADEPOL/TO. Colaborador do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Polícias Civil e Militar do Estado do Tocantins. Sócio fundador, conselheiro da PROCER Organização. CEO na Law Technology Solutions. Consultor Público nos Municípios de Ibirubá, Selbach, Tapera e Lagoa dos Três Cantos-RS. Escritor, Consultor Público e Privado e Conferencista. Em Filosofia e Sociologia do Direito, concentra atenção especial em suas pesquisas e reflexões com Direito e Multiculturalismo e Direito e Complexidade. Desenvolve ensino, pesquisa e extensão em Teoria do Estado, do Direito e da Sociedade, Direito Constitucional, Formas Não Adversariais em Resolução de Conflitos e Direito Civil. Atua na área de Direito Constitucional e Formas Não Adversariais de Resolução de Conflitos. Criador dos Programas em Justiça Restaurativa, Justiça Comunitária, Mediação e Conciliação acadêmicos em Araguaína/TO. Colaborador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais (NUPEMEC-TJ/TO) e da criação dos Cejuscs do Estado do Tocantins e do Núcleo Estadual de Justiça Restaurativa-TJ/TO, do Programa Gestão Pública Estratégica e Inteligência Inter-relacional. Autor de livros, artigos e projetos sociais na área do Direito. Parecerista da Revista Eletrônica do Curso de Direito e da Revista Direitos Emergentes na Sociedade Global ambas da Universidade Federal de Santa Maria-RS (UFSM). Parecerista da Revista Quaestio Iuris da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Parecerista da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Colaborador do Green Peace, World Wide Fund for Nature - WWF, Human Rights Watch - HRW e UNESCO Fonte: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4269366Y2 ..	
5.1.15		
Nome	Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima	
Síntese do Currículo	Doutora em Saúde Pública, pelo Instituto de Saúde Coletiva (ISC) da UFBA, 2002. Possui formação nas áreas jurídica e de saúde; é juíza de direito do estado da Bahia, tendo atuado até dezembro de 2003. Graduação inicial em Enfermagem (UFJF) e posterior graduação em Direito (UCSAL). Especializou-se em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz, 1978 e 1979. Em sua experiência profissional, integrou dimensões da saúde e do direito nos temas que se articulam com os direitos humanos. Trabalha e pesquisa sobre Direitos Humanos, Direito à Saúde, Direito da Criança, Família, Justiça Restaurativa e Educação em DH. Coordena o Grupo Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família (UCSal), criado em 2002. Foi consultora na área do Direito da Criança em Timor-Leste, 2007-2009. Bolsista Fulbright (EUA) com estágio pós-doutoral na Universidade de Notre Dame, Center for Civil and Human Rights, Law School, Direito da Criança – Direitos Humanos, 2012. Docente, parceira do ISC-UFBA, desde 2004. Professora visitante da UFSB, 2013-2014. Membro da Comissão Científica de Justiça Restaurativa da AMB, 2014-2016. Docente do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea (UCSAL), até maio de 2020. Estágio pós-doutoral Center for Justice and Peacebuilding – Zehr Institute for Restorative Justice (EUA), 2017. Líder do Núcleo Justiça Restaurativa e Práticas Restaurativas (UCSal). Instrutora e Formadora de Facilitadores de Círculos de Construção de Paz. Sócia Fundadora do Moinho de Paz @moinhodepaz.	

	Fonte: Lattes: 4133901855237809	
5.1.16		
Nome	Antonio Henrique Graciano Suxberger	
Síntese do Currículo	Doutor (Universidade Pablo de Olavide, Sevilha, Espanha, 2009), Mestre em Direito (Universidade de Brasília, 2005), Especialista (Ordem Jurídica e Ministério Público, Fundação Escola Superior do MPDFT, 2000/2001), Graduado em Direito (Universidade de Brasília, 1999). Pós-Doutor em Democracia e Direitos Humanos pelo Ius Gentium Conimbrigae (IGC) da Universidade de Coimbra (2018). Atualmente é Professor Titular do Programa de Mestrado e Doutorado em Direito do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) e dos cursos de especialização da FESMPDFT e da ESMPU. É professor do máster oficial universitário em Direitos Humanos, Interculturalidade e Desenvolvimento da Universidade Pablo de Olavide e Professor Investigador do Programa de Doutorado em Ciências Jurídicas e Políticas da mesma Universidade (linha: Direitos Humanos e Desenvolvimento). Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Experiência na área do Direito, especialmente Direito Público. Temas de interesse: Direito Processual Penal; Políticas Públicas; Política Criminal; Criminologia; Direitos Humanos. Fonte: Lattes: 9136957784681802	
5.1.17		
Nome	Sidney Fiori Júnior	
Síntese do Currículo	Graduado em Direito, pela Universidade de Ribeirão Preto, 2001. Pós-Graduado em Processo Civil, pela Unisul. Atualmente é promotor de justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito da Criança e do Adolescente. Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Infância e Juventude. Fonte: Lattes: 9339049910431346	
5.1.18		
Nome	Tarsis Barreto Oliveira	
Síntese do Currículo	Doutor e Mestre em Direito, pela UFBA. Professor Associado de Direito Penal da Universidade Federal do Tocantins. Professor Adjunto de Direito Penal da Universidade Estadual do Tocantins. Professor do Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos da UFT/ESMAT, tendo coordenado o curso por dois mandatos. Coordenador do Programa de Doutorado Interinstitucional em Direito da PUC-RIO/ESMAT. Coordenador e professor da Especialização em Ciências Criminais da UFT. Professor do curso de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Educação, Sociedade e Violência da Unitins. Especialista em Metodologia do Ensino Superior (Famettig/BA). Graduado em Direito, pela UESC. Editor Científico da Revista de Direito da Escola Superior da Magistratura Tocantinense. Consultor na área educacional. Parecerista e membro de conselho editorial de diversos periódicos científicos no país. Linhas de pesquisa: direitos humanos; racionalidade e funções da pena; crime organizado e combate à corrupção; reinserção social do apenado. Organizador científico de diversos eventos nas áreas de Direito Penal e Direitos Humanos. Foi professor visitante no exterior e ministrou palestras em eventos nacionais e internacionais – Estados Unidos (New York Law School, John Jay College of Criminal Justice); Portugal (Universidade de Coimbra, Universidade de Lisboa);	

	Espanha (Universidade de Sevilha); França (Universidade de Sorbonne, Universidade de Lyon, Universidade de Pau et des Pays de L'adour); Rússia (Universidade de Moscou); Polônia (Universidade Adam Mickiewicz). Advogado criminalista. Membro do Comité International des Pénalistes Francophones e da Association Internationale de Droit Pénal. Autor e organizador de obras jurídicas. Fonte: Lattes: 2822267824059777	
5.1.19		
Nome	Laryssa Angélica Copack Muniz	
Síntese do Currículo	Graduada em Direito, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2000. Mestra em Direito, pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2004. Atualmente é juíza de direito substituta da Comarca de Ponta Grossa-PR. Juíza coordenadora adjunta do - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), de Ponta Grossa. Membro da Comissão Estadual de Justiça Restaurativa do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Fonte: Lattes: 7083150051538419	
5.1.20		
Nome	Tayná Nunes Quixabeira	
Síntese do Currículo	Técnica Judiciária de 2ª Instância do Poder Judiciário Tocantinense, lotada no Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC/TJTO). Bacharel em Direito. Licenciada em Pedagogia. Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional. Facilitadora da Justiça Restaurativa. Conciliadora Judicial. Curso de Mediação Judicial em andamento. Experiência como conciliadora judicial, facilitadora da justiça restaurativa, gestão educacional, elaboração de projetos e tutoria de cursos à distância. Fonte: Lattes: 0950309604131971	
5.1.21		
Nome	Eliene Diniz da Silva	
Síntese do Currículo	Pedagoga. Especialista em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Professora Efetiva da Rede Municipal de Ensino de Araguaína, cedida ao Poder Judiciário do Tocantins, lotada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC). Facilitadora e Instrutora da Justiça Restaurativa e Círculo de Construção de Paz, pela Escola Superior da Magistratura do Rio Grande do Sul (AJURIS). Instrutora da Oficina de Parentalidade. Experiência como instrutora no III Seminário de Justiça Restaurativa e II Encontro de Facilitadores da Justiça Restaurativa. Instrutora do curso de Facilitadores, oferecido pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT). Coordenadora do Projeto Justiça Restaurativa no Cejusc de Araguaína-TO. Consteladora familiar. Professora de Pós-Graduação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), pelo Instituto IDESP. Palestrante e pastora.	

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 A indicação e a matrícula do(a) servidor(a) implicarão aceitação prévia das normas contidas no presente Edital, no Regimento Interno da Esmat e na Portaria nº 1.965, de 2018, publicada no Diário da Justiça nº 4.348, de 13 de setembro de 2018;

6.2 A desistência do curso, sem causa justificada, deverá ser comunicada à Esmat até o terceiro dia útil que anteceder o início do evento-atividade, pelo e-mail saesmat@tjto.jus.br;

6.3 A desistência do curso iniciado ou a reprovação sujeitarão o inscrito à perda do direito de participar de ações de capacitação custeadas ou promovidas pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) pelo período de quatro meses, salvo por motivo de licença ou de afastamento previstos em Lei;

6.4 Os casos omissos e as dúvidas de interpretação das normas reguladoras do curso, porventura suscitados, deverão ser encaminhados ao Conselho de Cursos da Escola Superior da Magistratura Tocantinense.



Documento assinado eletronicamente por **Desembargador Marco Anthony Steveson Villas Boas**, **Diretor da ESMAT**, em 09/03/2021, às 09:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **3587260** e o código CRC **26146671**.